



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS V – MINISTRO ALCIDES CARNEIRO DA CUNHA
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS (CCBSA)
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

VALFRIDO SALES DE LIRA NETO

**O BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO COMO
INSTRUMENTO DE POLÍTICA EXTERNA DOS ESTADOS UNIDOS NA AMÉRICA
LATINA E CARIBE**

JOÃO PESSOA

2022

VALFRIDO SALES DE LIRA NETO

**O BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO COMO
INSTRUMENTO DE POLÍTICA EXTERNA DOS ESTADOS UNIDOS NA AMÉRICA
LATINA E CARIBE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Relações Internacionais.

Orientadora: Profa. Ma. Thalita Franciely de Melo Silva

JOÃO PESSOA

2022

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

L768b Lira Neto, Valfrido Sales de.

O Banco Interamericano de Desenvolvimento como instrumento de política externa dos Estados Unidos na América Latina e Caribe [manuscrito] / Valfrido Sales de Lira Neto. - 2022.

28 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, 2022.

"Orientação : Profa. Ma. Thalita Franciely de Melo Silva ,
Coordenação do Curso de Relações Internacionais - CCBSA."

1. Banco Interamericano de Desenvolvimento. 2. América Latina. 3. Política Externa dos Estados Unidos. I. Título

21. ed. CDD 327

VALFRIDO SALES DE LIRA NETO

**O BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO COMO
INSTRUMENTO DE POLÍTICA EXTERNA DOS ESTADOS UNIDOS NA AMÉRICA
LATINA E NO CARIBE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Relações Internacionais da
Universidade Estadual da Paraíba, como
requisito parcial à obtenção do título de
bacharel em Relações Internacionais.

Aprovada em: 28/11/2022 .

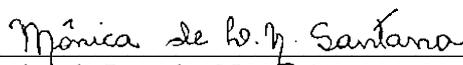
BANCA EXAMINADORA



Thalita Franciely de Melo Silva (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Gabriela Gonçalves Barbosa
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Mônica de Lourdes Neves Santana
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Dedico este trabalho à toda comunidade científica e acadêmica, afim de contribuir com o seu desenvolvimento.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALC	América Latina e Caribe
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CEPAL	Comissão Econômica para América Latina
EUA	Estados Unidos da América
FMI	Fundo Monetário Internacional
BRDs	Bancos Regionais de Desenvolvimento
OPA	Operação Pan Americana
OEA	Organização dos Estados Americanos
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

RESUMO

Este estudo busca compreender as finalidades políticas da criação e do financiamento de projetos pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento como instrumento de política externa dos Estados Unidos para América Latina. Em relação à metodologia, a pesquisa foi exploratória, qualitativa, documental bibliográfica e histórica, contextualizando a problemática exposta, e identificando causas e efeitos da instrumentalização, ou não, do Banco Interamericano de Desenvolvimento para a política externa dos Estados Unidos para a América Latina e Caribe. Quanto aos resultados, fica evidente a influência dos EUA no Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), utilizando-se dos mecanismos de empréstimos, condicionalidades e representatividade do BID como ferramenta geopolítica e econômica importante para a aplicação de seu plano de segurança hemisférica e hegemonia.

Palavras-chave: Banco Interamericano de Desenvolvimento. América Latina. Política Externa dos Estados Unidos.

ABSTRACT

This study seeks to understand the political purposes of creating and financing projects by the Inter-American Development Bank as an instrument of US foreign policy for Latin America. Regarding the methodology, the research was exploratory, qualitative, documentary, bibliographical and historical, contextualizing the exposed problem, and identifying causes and effects of the instrumentalization, or not, of the Inter-American Development Bank for the foreign policy of the United States for Latin America and Caribbean. As for the results, the influence of the USA on the Inter-American Development Bank (IDB) is evident, using the loan mechanisms, conditionalities and representativeness of the IDB as an important geopolitical and economic tool for the application of its hemispheric security plan and hegemony.

Keywords: Inter-American Development Bank. Latin America. United States Foreign Policy.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	8
2	HISTÓRIA DO BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO (BID/IADB).....	10
2.1	IMPACTO BRASILEIRO E O PROCESSO EVOLUTIVO DO BID.....	11
3	O BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO E SUA ESTRUTURA	13
3.1	ASSEMBLEIA DE GOVERNADORES	15
3.2	DIRETORIA EXECUTIVA.....	17
3.3	PRESIDÊNCIA DO BID	17
4	BID COMO INSTRUMENTO DE SOFT POWER DOS EUA.....	17
5	SUPERAÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO OU ASPIRAÇÕES HEGEMÔNICAS?.....	20
6	A QUESTÃO DA LEGITIMIDADE E CAPACIDADE	23
7	CONCLUSÃO.....	25
	REFERÊNCIAS.....	27

1 INTRODUÇÃO

A ideia da criação de uma instituição internacional de ajuda financeira para os países latino-americanos já era pensada desde meados do século XIX pelo então secretário de Estado dos Estados Unidos James G. Blaine. Na época, os Estados Unidos foram explicitamente contra qualquer proposta pois julgavam que perderiam o controle dos gastos públicos com ajuda internacional, pois a América Latina não era prioridade para os Estados Unidos sob uma perspectiva de segurança naquele período (TAFFET, 2012).

Apesar de os Estados Unidos já utilizarem diferentes mecanismos políticos e econômicos de atuação na América Latina, foi apenas após o fim da Segunda Guerra Mundial, com a evolução da conjuntura internacional e o início da guerra fria, que passam a intensificar a atuação de Instituições e organizações Internacionais como ferramenta de disseminação de sua política externa e controle hegemônico nessa região.

A partir dos anos 1950, a administração Eisenhower observou a União Soviética desenvolver estratégias mais sofisticadas e adaptadas para a Guerra Fria. Após a morte de Stalin em 1953, os líderes soviéticos passaram a adotar meios mais sutis e diplomáticos em substituição da atuação militar para alcançar seus objetivos de política externa (TAFFET, 2012). Apesar das evidências de crescente agitação na América Latina começarem a surgir nesse período, é somente com a Revolução Cubana (1959) que os formuladores de políticas dos Estados Unidos começam a entrar em pânico sobre tendências na região. Rapidamente perceberam que o sucesso de Castro era resultado de corrupção política e das péssimas condições de desenvolvimento em Cuba (TAFFET, 2012).

Além disso, a existência de divergências ideológicas dentro da própria administração Eisenhower, em relação a ortodoxia da política econômica estadunidense para a América Latina passou a influenciar decisões. Os opositores das políticas tradicionais defendiam uma mudança na forma como o governo levava sua política econômica para a América Latina, defendendo um maior investimento para o desenvolvimento econômico e social dos países da região (MELO; SILVA, 1992).

Com a URSS ajudando economicamente os países latinos e com a crescente disseminação dos ideais comunistas no continente americano, percebe-se uma diminuição da hegemonia dos EUA para o mundo e a América Latina passa a ser centro de atenção número um dos Estados Unidos neste período da Guerra Fria. Assim, o governo estadunidense passa a considerar que promover crescimento econômico e a democracia era a melhor maneira que tinham de conter o avanço da União Soviética.

É nesse momento que, na busca por ampliar as relações político-econômicas entre os Estados Unidos e a América Latina acontece a criação do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) em 1959, e encabeçado pelo presidente John F. Kennedy em 1961, a Aliança Para o Progresso. Essas instituições surgiram como solução para o problema comunista e como instrumento de propaganda política do modelo capitalista afim de garantir a hegemonia estadunidense (TAFFET, 2012).

Outro fator importante que contribuiu nesse processo de mudança de estratégia dos Estados Unidos para a América Latina e da criação do Banco de Desenvolvimento Interamericano (BID), foi a Operação Panamericana (OPA). Introduzida pelo presidente do Brasil Juscelino Kubitschek, a OPA teve o objetivo de promover uma revisão das relações interamericanas afim de captar recursos financeiros dos Estados Unidos (PINHEIRO, 2004).

Conforme Melo e Silva (1992), a OPA tinha como base de argumentação três aspectos básicos eram: autonomia, multilateralismo e desenvolvimentismo, e sua maior inovação estava na promoção de uma ideia de segurança hemisférica.

Levando em conta o exposto, pretende-se responder ao seguinte questionamento: Como os EUA utiliza o Banco Interamericano de Desenvolvimento como instrumento de política externa para os países da América Latina?

Dessa forma, essa pesquisa destina-se a compreender as finalidades políticas da criação e do financiamento de projetos pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento como instrumento de política externa dos Estados Unidos para América Latina. Esta pesquisa, em Relações Internacionais, justifica-se pela carência de análises sobre as finalidades políticas dos projetos do BID e considerando que, desde sua criação até os dias atuais, esse continua a ser um instrumento importante de política externa estadunidense para a região.

Para cumprir com os objetivos propostos, a pesquisa foi exploratória, qualitativa, documental bibliográfica e histórica, contextualizando a problemática exposta, e identificando causas e efeitos da instrumentalização, ou não, do Banco Interamericano de Desenvolvimento para a política externa dos Estados Unidos para a América Latina.

Isto posto, esse artigo divide-se: na primeira seção, onde se fala sobre a história do Banco Interamericano de Desenvolvimento e como se deu a contribuição do Brasil nesse processo; na segunda seção, é explicitado o que é o BID e como está estruturado, como e se sua estrutura pode favorecer ou não a atuação da política externa estadunidense; na terceira seção é trazido a discussão sobre quais indícios apontam para a instrumentalização do Banco Interamericano de Desenvolvimento para contribuir com a política externa estadunidense com vistas a ganhos hegemônicos na América Latina; e por fim, a conclusão mostrará que o BID

funcionou, desde sua concepção, e ainda exerce potencial para amparar, os esforços hegemônicos dos Estados Unidos da América na região da América Latina e Caribe devido a sua estrutura, condicionalidades e representatividade.

2 HISTÓRIA DO BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO (BID/IADB)

A ideia de uma instituição financeira regional é antiga na América Latina, remontando ao século XIX. Ganhou impulso em meados da década de 1950, quando as expectativas da região de amplo apoio financeiro do Banco Mundial foram frustradas. Os países da América Latina forneceram quase a metade dos membros originais do Banco Mundial. Mas, à medida que as colônias de outros continentes conquistaram sua independência, o campo de atuação do Banco Mundial se expandiu. Havia a preocupação de que esses novos membros, estando em níveis anteriores de desenvolvimento, receberiam assistência financeira prioritariamente. Os governos da América Latina defenderam a criação de uma agência de crédito especializada nos problemas de desenvolvimento da região (TUSSIE, 1997).

Na década de 1940, quando a Segunda Guerra Mundial abalou as relações internacionais, os países da América Latina e do Caribe voltaram a defender a necessidade de um banco regional. A criação do Banco Interamericano (do inglês, *Interamerican Bank* - IAB) foi negociada entre os países da América Latina e Caribe (SCHERMA, 2007; OLIVEIRA, 2013).

Nesse clima de especulação opinativa, uma conferência econômica especial foi realizada no final de 1954 em Petrópolis, Brasil, que convocou a criação de um grupo de especialistas dos bancos centrais e da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL). Este grupo propôs a criação de um fundo de desenvolvimento para complementar os esforços das agências de crédito existentes. A ideia foi rejeitada pelo secretário do Tesouro dos Estados Unidos, George Humphrey, sob a alegação de que os Estados Unidos não tinham recursos públicos para financiar um programa desse tipo, que qualquer projeto na região poderia ser financiado com os recursos existentes e que, em todo caso, os recursos externos para financiar o desenvolvimento devem provir do setor privado (TUSSIE, 1997).

Os países da América Latina e Caribe, no entanto, continuaram pressionando por uma instituição regional. A visita do então vice-presidente americano Richard Nixon contribuiu para produzir uma mudança de percepções e prioridades. A hostilidade que Nixon teve de enfrentar durante sua viagem deixou os Estados Unidos cientes do profundo mal-estar político, social e econômico na região e provocou uma mudança nas políticas americanas (TUSSIE, 1997).

Eventualmente, em 1959, o governo Eisenhower (presidente estadunidense da época), preocupado com a deterioração econômica e social na região e o perigo de revoluções anticapitalistas, concordou com a criação do Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Portando, o BID nasce em meio a diminuição de popularidade dos Estados Unidos na América Latina, crescente ameaça da União Soviética (URSS) e constante pressão latino-americana por amparo para seus projetos de desenvolvimento. Para que fosse possível este feito, foi necessário alertar o país mais poderoso do continente sobre a conjuntura que se desenrolava, e foi nesse sentido que o Brasil teve o papel mais importante para o surgimento do banco, como explicado na seção seguinte.

2.1 IMPACTO BRASILEIRO E O PROCESSO EVOLUTIVO DO BID

A ideia de uma instituição financeira regional na América Latina vem de longa data, mas somente ganhou força nos anos de 1950, com as expectativas frustradas de espera de apoio do Banco Mundial, que à época, direcionava seus esforços para a Europa e suas ex-colônias recém independentes.

É neste cenário que, de acordo com Sherman (2007) e Guia (2018), aconteceu o primeiro marco para a criação do Banco de Desenvolvimento Interamericano por meio de um evento ocorrido em 1954, em Petrópolis, no Palácio Quitandinha, Brasil. A Conferência Econômica Interamericana reuniu ministros dos países americanos e especialistas de Bancos Centrais e da Comissão Econômica para América Latina (CEPAL¹) para elaborarem uma proposta específica para a Organização dos Estados Americanos (OEA). Assim, foi proposto a criação de um fundo de desenvolvimento para auxiliar os esforços das agências já existentes (AGUADO, 2020).

No entanto, a ideia proposta naquela ocasião foi rejeitada pelo secretário do Tesouro norte-americano, George Humphrey, com a justificativa de que os recursos disponíveis do Banco Mundial e do Eximbank (Export-Import Bank) já seriam suficientes para financiar o desenvolvimento na região, defendendo que o financiamento deveria partir do setor privado (SILVA, 1992; PONTES, 2019).

Ainda de acordo com Scherma (2007) e Pontes (2019), após quatro anos, em 1958, com a visita a países latino americanos pelo então vice-Presidente dos Estados Unidos, Richard

¹ A Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), do inglês, *Economic Commission for Latin America (ECLA)* - foi criada pela resolução 106(VI) do Conselho Econômico e Social de 25 de fevereiro de 1948 e começou a funcionar no mesmo ano. O escopo do trabalho da Comissão foi posteriormente ampliado para incluir os países do Caribe, e pela resolução 1984/67 de 27 de julho de 1984, o Conselho Econômico decidiu mudar seu nome para Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (TAVARES, 2021).

Nixon, as propostas apresentadas em Quitandinha ressurgem. Em sua visita, ficou evidente o profundo mal-estar político, social e econômico na região, fazendo com que o governo Eisenhower percebesse a deterioração da segurança na América Latina.

O presidente brasileiro, Juscelino Kubitschek, escreveu uma carta para Eisenhower enfatizando que ajuda econômica para a América Latina melhoraria as relações interamericanas. Além disso, argumentou que os países mais pobres eram terrenos férteis para o desenvolvimento de ideologias diferentes (o socialismo) e que o subdesenvolvimento na América Latina poderia representar uma ameaça para o avanço do comunismo (SCHERMA, 2007).

Ainda de acordo com Scherma (2007), a linha mestre do pensamento utilizado por Juscelino Kubitschek foi de explorar o conflito Leste-Oeste para garantir ganhos relativos ao desenvolvimento no conflito Norte-Sul. Esse movimento foi importante para que o assunto retornasse a Washington (SCHERMA, 2007).

Considerando então as ponderações feitas por Kubitschek, o presidente estadunidense enviou ao Brasil, em agosto de 1958, o secretário de Estado John Foster Dulles e o Secretário assistente de Estado para Assuntos Interamericanos, Roy Rubottom, para o Rio de Janeiro para discutir melhor as ideias brasileiras. Nesta ocasião, Kubitschek apresentou o que mais tarde se tornaria o Operação Pan Americana (PONTES, 2019).

Apesar dos esforços brasileiros e dos demais países latino americanos não surtiram o efeito esperado em 1958, a pressão sobre Washington foi suficiente para que ao fim dessa visita, o subsecretário de estado, Douglas Dillon, anunciasse que os Estados Unidos, estavam dispostos a considerar, segundo Couto (2002), a criação de uma entidade interamericana de desenvolvimento regional sem que haja a exclusão dos seus países membros.

Dessa forma, no mês seguinte, em uma reunião de Ministros das Relações Exteriores da OEA, criou-se uma comissão especial com 21 membros para que fosse pensado a realização desse projeto (SIMON, 2012). A comissão iniciou seus trabalhos em janeiro de 1959 e em abril finalmente foi concluída a proposta de criação do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em ocasião de Conferência da Organização dos Estados Americanos (CASTRO, 2019).

Descrevendo melhor essa ideia sobre o que Pinheiro (2004) destaca em relação ao que o OPA tinha como estratégia para o desenvolvimento dos países latino-americanos, pode-se observar que:

invertendo a lógica da política externa norte-americana característica da Guerra Fria que percebia o comunismo como fonte de ameaça à segurança e à estabilidade política dos países ocidentais, a OPA propugnava ser esta ameaça uma consequência dos problemas sociais cuja causa profunda residia no subdesenvolvimento e na miséria, estes sim estímulos para a proliferação do ideário comunista. Em termos concretos, a

OPA logrou apenas o aumento da assistência técnica norte-americana para a América Latina e a criação do Banco Interamericano de Desenvolvimento (PINHEIRO, 2004, p.32.)

A criação de uma instituição financeira multilateral americana, conforme explica Scherma (2007), vem atender a uma reivindicação própria do continente, diferente do que ocorreu com outras organismos internacionais na região. O BID, em sua origem, não teve função única e direta de atender aos interesses das grandes potências, mas surge de uma demanda vinda “de baixo”.

Assim, essa configuração reflete-se no próprio convênio constitutivo do banco, que concede vantagens para os países mutuários, resultado do poder de barganha conquistado por Juscelino Kubistchek e outros líderes latino-americanos, através da OPA, pautados no conflito Leste-Oeste (SCHERMA, 2007).

Considerando o cenário internacional para a criação do Banco e a contribuição do Brasil neste processo, é importante evidenciar como funciona a sua estrutura interna, seu processo de decisão e votação, e as particularidades e condicionalidades para concessão de empréstimos afim de discutir os indícios de sua instrumentalização para a política externa estadunidense.

3 O BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO E SUA ESTRUTURA

O BID é o maior e mais antigo dos bancos regionais de desenvolvimento e foi fundado em 1959. É a principal agência financeira para a América Latina e a região do Caribe. Seus recursos financeiros e técnicos têm apoiado a luta pelo desenvolvimento social e econômico empreendido pela região. Se não para todos, pelo menos para a maioria de seus países-membro mutuários, o Banco tem sido a maior fonte externa de capital público. Ao mesmo tempo, os países membros mutuários são os acionistas majoritários. Esta é uma característica importante do Banco: os governos latino-americanos percebem o BID como "sua" instituição de desenvolvimento (TUSSIE, 1997).

O BID era, até a fundação do Banco Europeu para Reconstrução e Desenvolvimento (BECD), o único banco regional cuja sede não havia sido estabelecida em um país membro mutuário. Associou-se às instituições de Bretton Woods, em Washington, na capital dos Estados Unidos, país com maior aporte de capital (TUSSIE, 1997).

O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), inicialmente criado por 20 governos nas Américas do Norte e do Sul para financiar o desenvolvimento econômico e social no Hemisfério Ocidental, tem atualmente, os maiores países tomadores composto pela Argentina, Brasil, México, Venezuela e Estados Unidos. Além disso, o banco hoje inclui quase

30 países nas Américas do Norte e do Sul e mais de 15 países na Europa, além do Japão, Israel e China. Esses países dividem-se em países mutuários e não mutuários.

Para se ter uma ideia de sua importância econômica e em circulação financeira, durante seus primeiros 40 anos, o banco distribuiu mais de 80 bilhões de dólares em empréstimos e, no início do século XXI, seu desembolso anual de empréstimos ultrapassou US\$ 10 bilhões (SHERMA, 2007).

Criado para acelerar o desenvolvimento econômico da América Latina, o banco fornece financiamento e assistência técnica, coordena o desenvolvimento econômico e financia empréstimos em conjunto com outras instituições. Muitos de seus empréstimos são concedidos para melhorar as condições dos pobres nos países em desenvolvimento da região (GUIA, 2018; PONTES, 2019; AGUADO, 2020).

O BID também inclui a Corporação Interamericana de Investimentos, que iniciou suas operações em 1986 e atua como afiliada autônoma encarregada de fornecer empréstimos de longo prazo para ajudar a modernizar empresas privadas de pequeno e médio porte; e o Fundo Multilateral de Investimentos (FUMIN), criado em 1993 para ajudar a desenvolver o setor privado na América Latina e no Caribe (CORBIN, 2013).

Atualmente, com empréstimos superiores a 20 bilhões de dólares, em 2021, é o financiador multilateral mais importante para a região. Ao lado dos EUA, que possuem maior poder de voto, com uma participação de 30%, Brasil e Argentina são os membros mais influentes com uma participação com pouco mais de 10% de votos. Além disso, é importante frisar que a Alemanha, por exemplo, também tem uma participação de quase 2% no banco, e o Japão detém 5% (CONTALDO, 2019).

Em resumo, O BID é a principal fonte multilateral de financiamento do desenvolvimento para a América Latina e o Caribe, visando aliviar a pobreza, reduzir a desigualdade e promover, ainda, o desenvolvimento econômico sustentável na região (IZQUIERDO, 2019). O BID é a principal fonte de financiamento multilateral, especialmente para países pequenos e vulneráveis da ALC, apoiando os países em fornecimento de empréstimos, subvenções, conhecimentos especializados e assistência técnica (NEVES, 2020).

"O Banco terá como objetivo contribuir para acelerar o processo de desenvolvimento econômico e social, individual e coletivo, dos países membros regionais em processo de desenvolvimento" (BID, 2022).

3.1 ASSEMBLEIA DE GOVERNADORES

O BID é dirigido pela Assembleia de Governadores, na qual cada país membro nomeia um Governador. A votação é ponderada, com base na quota de subscrição de um membro e os Estados Unidos exercem a maioria dos votos - quase o triplo dos próximos maiores membros, Argentina e Brasil (PEREIRA, 2009). Além disso, a participação votante dos países fora das Américas é de cerca de 15%, com quase um terço sendo exercido pelo Japão (MAIA, 2017).

Comumente, os governadores são ministros das finanças, presidentes de bancos centrais ou outros funcionários de alto escalão. A Assembleia dos Governadores é convocada uma vez por ano, para analisar as operações do Banco e tomar importantes decisões regulatórias. A Assembleia também pode convocar reuniões extraordinárias para resolver questões-chave. As decisões tomadas pelos Governadores são registradas na lista de Resoluções Aprovadas. Porém, em última instância, os Governadores do BID são os responsáveis pela supervisão das atividades e administração do Banco, na prática muitas dessas funções são delegadas à Diretoria Executiva (BID, 2022). A seguinte tabela mostra a atual composição do capital social e poder do voto por país:

Tabela 1 – Capital social e poder de voto em % por país membro

Países membros mutuários	Votos	% total de votos (1)
Argentina	1,609,577	11.354
Bahamas	29,683	0.209
Barbados	19,441	0.137
Belize	16,651	0.117
Bolívia	129,428	0.913
Brasil	1,609,577	11.354
Chile	442,130	3.119
Colômbia	442,130	3.119
Costa Rica	64,819	0.457
Ecuador	86,225	0.608
El Salvador	64,649	0.456
Guatemala	81,863	0.578
Guiana	22,903	0.162
Haiti	64,649	0.456
Honduras	64,819	0.457
Jamaica	81,863	0.577
México	1,034,744	7.299
Nicarágua	64,649	0.456
Panamá	64,649	0.456
Paraguai	64,649	0.456
Peru	215,580	1.521
República Dominicana	86,452	0.61
Suriname	12,659	0.089

	Trinidad e Tobago	610,379	0.433
	Uruguai	172,781	1.219
	Venezuela	482,402	3.403
	Subtotal países membros mutuários	7,639,351	50.015
Países regionais não mutuários			
	Canadá	567,174	4.001
	Estados Unidos	4,253,799	30.006
	Subtotal países regionais não mutuários	4,820,973	34.007
Países não regionais não mutuários			
	Alemanha	268,794	1.896
	Austria	22,765	0.161
	Bélgica	46,680	0.329
	China, República Popular da	559	0.004
	Coréia, República da	559	0.004
	Croácia	7,030	0.05
	Dinamarca	24,196	0.171
	Eslovênia	4,349	0.031
	Espanha	278,595	1.964
	Finlândia	22,765	0.161
	França	268,794	1.896
	Israel	22,450	0.158
	Itália	278,594	1.966
	Japão	708,966	5
	Noruega	24,196	0.171
	Países Baixos	28,342	0.2
	Portugal	7,802	0.055
	Reino Unido	136,596	0.964
	Suécia	46,392	0.327
	Suiça	66,840	0.471
	Subtotal países não regionais não mutuários	2,265,264	15.979
	Total geral	14,725,588	100

(1) Dados arredondados; devido ao arredondamento, a soma das parcelas pode diferir do total geral.

Fonte: [Site do Banco Interamericano de Desenvolvimento \(2022\)](#).

Importante observar que os Estados Unidos somente possuem mais de 30% do poder de voto dentro da estrutura do BID. Apesar de constitutivamente ser garantido aos países membro mutuários mais de 50% de poder de voto, esse poder é dividido atualmente entre 26 países o que diminui a possibilidade de fazer frente a alguma decisão não interessante para algum país mutuário.

3.2 DIRETORIA EXECUTIVA

A Diretoria Executiva é composta por 14 Diretores Executivos que representam 48 países-membros e também inclui 14 Suplentes, que têm plenos poderes para atuar na ausência do titular. É atribuição da Diretoria Executiva ser responsável pela gestão das operações do Banco, pela aprovação de propostas de empréstimos e garantias, políticas, estratégias dos países, orçamento administrativo, fixação de taxas de juros e tomada de decisões sobre endividamento e outras questões financeiras. Aqui, os diretores reúnem-se semanalmente para deliberar acerca de suas atribuições, ademais, esses podem exercer todos os poderes delegados da Assembleia de Governadores (BID, 2022).

3.3 PRESIDÊNCIA DO BID

O Presidente é eleito pela Assembleia de Governadores para mandatos de 5 anos, e é responsável por representar o banco e chefiar a equipe de gerentes. Preside as assembleias, porém, sem poder de voto, e também pode elaborar propostas para alterar as políticas gerais do banco (BID, 2022).

Historicamente, desde de sua fundação, há um acordo não formal de que o presidente do Banco deva ser de um país Latino Americano e membro mutuário, afim de equilibrar a representatividade e poder dentro das estruturas internas. Isso se manteve de 1960 até 2020 quando o então presidente dos Estados Unidos, Donald J. Trump utilizou de sua influência para nomear o americano Claver-Carone que em setembro de 2022, por orientação da Diretoria Executiva, a Assembleia de governadores decidiu retirar Carone de suas atribuições por acusações de assédio sexual. Durante o seu mandato, Carone também ficou conhecido por excluir ou favorecer países de acordo com o alinhamento de suas políticas com as ideologias disseminadas durante o governo Trump, que se baseavam no temor de uma dominação comunista por parte da China.

4 BID COMO INSTRUMENTO DE SOFT POWER DOS EUA

O *status* dos Estados Unidos como uma hegemonia econômica e cultural mundial, além de sua preponderância militar, fornece-lhe uma ampla gama de mecanismos para influenciar outros países. Uma aplicação mais indireta da influência dos EUA por meios culturais e diplomáticos tem impacto no sucesso ou fracasso das políticas dos EUA na América Latina e a

influência cultural e política certamente afetou o sucesso das políticas dos EUA no passado, afeta no presente e poderá no futuro.

Desse modo, é observado que os Estados Unidos estão atualmente superestimado seu poderio militar e econômico, apenas reforçando atitudes negativas arraigadas sobre si mesmos. Essas atitudes se refletem no sentimento entre muitos latino-americanos de que o único interesse nacional dos Estados Unidos é seu próprio avanço econômico (AVILA, 2009; CHILIATTO-LEITE, 2017; LORDELLO, 2021).

Assim, havendo as relações e diferenças entre a questão militar e econômica, é importante salientar que o conceito de *soft power* foi desenvolvido por Nye (2003, 2004a, 2004b), ex-secretário adjunto de Defesa e reitor da Escola de governo da Universidade de Harvard, com um olhar adicional sobre o outro lado da teoria, o *hard power* (do inglês, “poder duro”).

Martinelli (2016) também descreve que tais termos foram desenvolvidos para ilustrar as diferentes características do poder quando usado para influenciar o comportamento, seja de modo coagido ou persuadido. Além disso, poder quando é usado para coagir ou induzir conduta, reflete o conceito de *hard power*, do qual é associado à perspectiva realista da teoria das relações internacionais, que afirma principalmente que o poder vem de meios militares e econômicos (MARTINELLI, 2016).

Em outras palavras, a capacidade de implementar financeiramente sanções econômicas em uma nação ou invadir unilateralmente outro país com seu exército para influenciar o comportamento dele são estratégias de *hard power*, da qual é a capacidade de forçar os resultados que se deseja. Por outro lado, dentro de um contexto de influenciador, o conceito de *soft power*, segundo Nye (2003, 2004a, 2004b), é definido como uma forma de fazer com que os outros desejem os resultados que você também deseja, ou seja, um modo de persuadir sem que haja a coerção das pessoas e/ou organizações/sociedades.

O próprio autor também usa as relações econômicas como exemplo, destacando a essencialidade em liderar pelo exemplo e atrair outros para fazer o que você quer (NYE, 2004a). Ao contrário de receber ordens sobre o que fazer, ratifica-se que o *soft power* opera por meio do poder de atração e a cultura popular, os ideais políticos e as trocas culturais podem ser fontes desta forma de influência. O poder brando pode basear-se no apelo das ideias ou da cultura de alguém, especialmente se um Estado ou organização puder fazer com que seu próprio poder pareça legítimo aos olhos dos outros (MARTINELLI, 2016).

Idealmente, uma determinada nação ou instituição tentará estabelecer padrões internacionais que encorajem outras nações ou pessoas a definir seus próprios interesses de

forma compatível. Se isso for feito com sucesso, então esse Estado ou organização não precisará gastar tantos recursos tradicionais de *hard power* quanto seriam necessários na tentativa de influenciar efetivamente seu objeto ou público-alvo (MARTINELLI, 2016).

Além disso, a influência cultural (*soft power*) em vez de seu poder econômico ou militar (*hard power*) é um meio considerável mais eficaz de melhorar as atitudes populares e de longo prazo na América Latina em relação aos Estados Unidos.

Pela caracterização econômica, o BID é um instrumento capaz de melhorias significativas em grandes contextos econômicos, como é o caso da melhoria de capacitação profissional que, na maioria dos países latino-americanos, há impactos maiores e significativos na qualidade do emprego, por exemplo, medidos por conseguir um emprego formal (IBARRARÁN; SHADY, 2009).

O BID, em maior medida do que os outros Bancos de Desenvolvimento Regional, manteve uma estreita relação com o governo dos Estados Unidos. A participação dos Estados Unidos no BID é maior do que em qualquer outra instituição financeira internacional: até 1994, detinha um terço do poder de voto. Essa parte foi reduzida para 30% por ocasião do oitavo aumento geral de recursos em 1994. Como as emendas aos artigos do Convênio Constitutivo do BID requerem o consentimento de dois terços dos membros regionais, os Estados Unidos com a maioria de três quartos mantêm seu poder de veto sobre as emendas à Convenção. Os Estados Unidos também controlam o momento dos aumentos de capital (TUSSIE, 1997).

O BID apresenta um caso interessante aos Estados Unidos por causa de suas semelhanças e diferenças estruturais em relação ao Banco Mundial: como os bancos regionais de desenvolvimento seguiram o modelo do Banco Mundial, o BID e o Banco Mundial compartilham o mesmo sistema básico de votação e estrutura financeira, caracterizado por maiores influências estadunidenses (GUIA, 2018; GUEDES-NETO, 2022). Além disso, cada um tem uma janela rígida (empréstimos próximos às taxas de mercado) e uma janela flexível (com empréstimos muito abaixo das taxas de mercado).

No entanto, as instituições diferem em aspectos importantes devido aos empréstimos concessionais responderem por uma parcela muito menor dos empréstimos totais no BID do que no Banco Mundial, caracterizando a parcela de votos dos Estados Unidos como sendo muito maior no BID do que no Banco Mundial (GUIA, 2018; GUEDES-NETO, 2022).

Ademais, é indispensável citar quanto a evidente disputa, ou guerra comercial entre China e Estados Unidos, não ser apenas comercial, mas em transcender espaços multilaterais estratégicos para a América Latina, juntamente com o BID. Araújo (2021) e Lordello (2021) recentemente analisaram que o progresso da China passou pelo financiamento de vários

projetos estratégicos pelo BID, que representariam até dívidas históricas, onde os Estados Unidos não assumiram a liderança por meio de seu financiamento.

A intensificação desse conflito pode gerar mais riscos e ameaças na América Latina e no Caribe, tendo e vista que a região já vive uma crise econômica e social devido à pandemia, à violação dos direitos humanos e à exploração de recursos naturais com baixos padrões ambientais (ARAÚJO, 2021; LORDELLO, 2021).

Por fim, aspectos que devem ser levados em consideração pelo Grupo do BID e que não foram discutidos durante a modernização de suas políticas ambientais e sociais, necessitam tomar frente das pautas regionais que envolvem, principalmente, países da América Latina e Caribe, promovendo o debate sobre as questões que precisam ser explicitadas de uma vez para minimizar a incerteza desses tempos.

5 SUPERAÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO OU ASPIRAÇÕES HEGEMÔNICAS?

Ainda que pareça ser um cenário imprevisível, para questões econômicas e comerciais estadunidenses e da segunda grande superpotência mundial, a China, têm tomado decisões pragmáticas que, por sua vez, esta última é agora a economia que melhor respondeu à crise econômica, sendo ainda mais estratégica para a América Latina e o Caribe.

Contudo, apesar de ter sido uma conquista dos países latinos, os Estados Unidos garantiram que o BID não estaria ligado à Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), que seguia uma linha de pensamento desenvolvimentista, contrariamente, sua concretização foi concedida no Conselho Interamericano Econômico e Social (CIES) filiada à OEA, e assim, vinculada às ideias estadunidenses (SCHERMA, 2007).

Como colocado por Silva (1992), a oposição dos EUA em relação ao alcance e ousadia das propostas latino-americanas e, especificamente, brasileiras, manifestou-se imediatamente. De fato, a reunião de chanceleres americanos, realizada em Washington em setembro de 1958, consagrou a criação daquele que passou a ser conhecido como Comitê dos 21, prevalecendo, contudo, a posição norte-americana de vinculá-la ao Conselho da OEA, de forma a evitar paralelismos que pudessem resultar em compromissos indesejáveis.

Da mesma forma, os EUA rejeitaram integralmente o “desenvolvimentismo” (SILVA, 1992, p.07), do governo de JK, que o Brasil procurava imprimir à agenda de discussões do Comitê, limitando-a aos pontos que, de resto, já haviam sido incorporados pelas mudanças na política econômica hemisférica: estabelecimento de uma instituição financeira interamericana (SILVA, 1992).

Sobre a relação entre potências regionais e banco de desenvolvimento regional, Palestini (2016) associa o posicionamento e o interesse dos Estados Unidos e dos demais países latino-americanos para o BID, funcionando dentro de uma estrutura hegemônica, na qual os Estados Unidos possuíam a proporção dominante de capacidades de poder nacional.

A hegemonia americana também se estendeu a uma ampla gama de outras áreas temáticas no mundo não comunista e essa condição estrutural geral levou os formuladores de políticas dos EUA a buscar objetivos políticos de longo prazo, em vez de interesses econômicos ou políticos tangíveis de curto prazo; eles não estavam muito preocupados com o controle rígido das atividades rotineiras do BID (LORDELLO, 2021).

Assim como pontua Bland et al. (2012), apesar da promoção de crescimento econômico e diminuição da pobreza serem os objetivos gerais de bancos multilaterais de desenvolvimento, as ações dessas organizações não refletem somente esses objetivos, o interesse de poderosos Estados membros as vezes se interpõem.

Nos seus primeiros anos, o Banco Interamericano de Desenvolvimento teve papel conveniente de apoiar os projetos da Aliança Para o Progresso, que por sua vez, estava mais preocupada em mitigar os levantes de esquerda na América Latina, que de fato, solucionar de vez os problemas econômicos e sociais. Isso se evidencia, como Loureiro (2013) argumenta, especialmente no caso do Brasil, onde houve a existência de empréstimos dos EUA em apoio a ascensão de governos militares e interrupção de concessão dos empréstimos para o governo do presidente João Goulart pois os EUA consideravam um governo com viés comunista e não alinhado as diretrizes norte americanas.

Por outro lado, e trazendo uma contextualização hegemônica em relação aos demais bancos regionais ao redor do mundo, o Banco Asiático de Desenvolvimento (do inglês, *Asian Development Bank* – ADB) tem funcionado dentro de uma estrutura mais ou menos bipolar, na qual o Japão e os Estados Unidos têm sido os principais contribuintes do Banco no qual, com o tempo, o papel do Japão tornou-se o mais importante (KRASNER, 1981, 2012).

Dentro da estrutura geral do sistema pós-guerra, o Japão, por exemplo, como uma potência regional, tem se preocupado com interesses políticos e econômicos tangíveis de curto prazo, incluindo operações de rotina do ADB, em vez de objetivos políticos de longo prazo.

Já o Banco Africano de Desenvolvimento (do inglês, *African Development Bank* – AfDB) tem funcionado dentro de uma estrutura multipolar com poder compartilhado por estados africanos e membros não regionais que aderiram na década de 1970 (MOLINARI; PATRUCCHI, 2020).

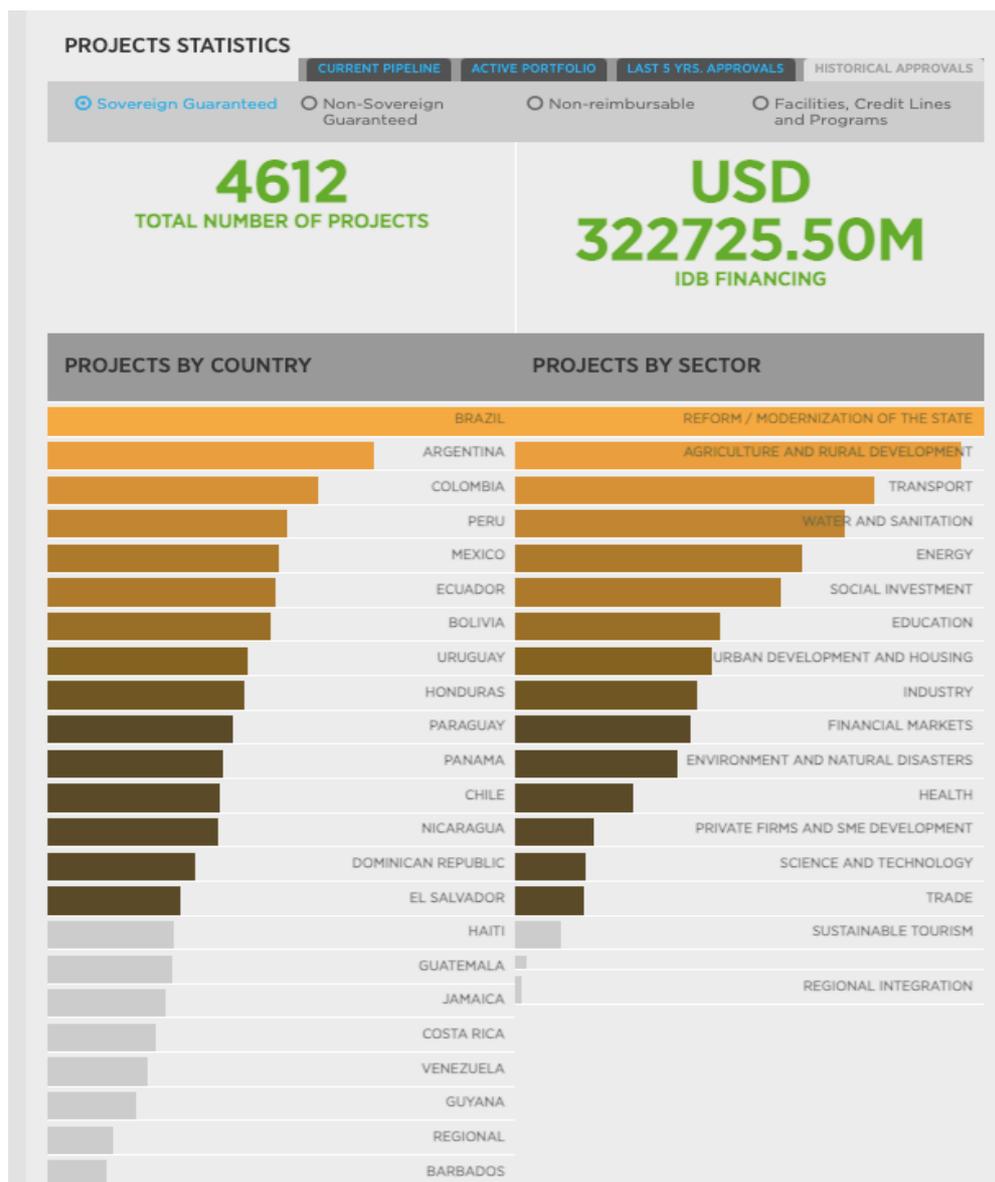
Para Krasner (1981), um estado hegemônico pode aceitar uma perda considerável de controle sobre uma organização internacional desde que os objetivos políticos básicos de longo prazo do Estado não sejam violados.

Como acréscimo, os poderes normais são mais propensos a se preocupar com objetivos políticos e econômicos explicitamente identificáveis e de curto prazo, não sendo eles os principais fatores que contribuirão com recursos substanciais para uma organização internacional cujas decisões operacionais estão além de seu controle. É neste debate que, para os fracos, a hegemonia oferece espaço de manobra dentro dos amplos objetivos do meio do estado dominante (KRASNER, 1981).

Além disso, pode-se constatar nos relatórios anuais do BID que a maioria dos programas de desenvolvimento financiados pelo banco, focavam em superar barreiras de curto prazo afim de preparar o caminho para a propaganda estadunidense. Outro ponto de análise interessante é o enorme foco em financiamento de projetos para produção de bens primários agrários, o que mantém um padrão de dependência de importação de tecnologias e de exportação de matéria prima para os países desenvolvidos. O setor com projetos mais financiados é o de “reforma e modernização do Estado”, que se refere a financiamentos de pesquisas e desenvolvimento de métodos para reformas políticas e econômicas como previdenciária, trabalhista, estatal, também com finalidade de modernizar os sistemas de dados Estatais.

Segundo o próprio BID (2022), o pilar de objetivo número um do setor de reforma e modernização do Estado é “oferecer soluções para promover sustentabilidade fiscal”. Conforme a figura 1, é possível observar que em toda a história do Banco, o maior número de projetos financiados é desse setor, ficando os financiamentos para ciência e tecnologia ou fim da lista.

Figura 1 – Estatísticas dos projetos do banco selecionado por país e setor.



Fonte: BID 2022.

6 A QUESTÃO DA LEGITIMIDADE E CAPACIDADE

É inegável que, por meio do estudo de Palestini (2016), os Bancos Regionais de Desenvolvimento (BRD's) são cruciais para resolverem dois principais dilemas quando os países tentam implementar recursos públicos regionais: os bancos de desenvolvimento regionais podem prover a legitimidade e as capacidades que Estados parcialmente ou completamente carecem.

O primeiro consiste no fato de que, mesmo que o Estado tenha capacidade, ele enfrentará um problema de legitimidade e os demais podem perceber as intenções da potência regional como hegemônicas e intervencionistas.

Considerando a questão anterior, Palestini (2016, p 10) afirma que um projeto coletivo liderado por um único Estado pode ser percebido por outros Estados como carente de tal “natureza exemplar e vinculante”), e ser visto como uma interferência, intervenção ou um projeto hegemônico, resultando no arquétipo do “líder sem seguidores” (SCHIRM, 2009 apud PALESTINI, 2016).

O segundo é descrito nos estudos sobre regionalismo comparativo. Assim, um único Estado, especialmente em regiões em desenvolvimento, não tem capacidade financeira, organizacional, ou regulatória suficientemente necessárias para coordenar, financiar, e implementar recursos públicos. Então, por meio da análise crítica de Palestini (2016) pode-se dizer que os BRD's se mostram como possíveis soluções para a superação de ambos os dilemas de capacidade e legitimidade, e, portanto, servindo como ferramenta útil para a ascensão regional de um determinado país.

Assim como o BID foi criado como intermediário dos Estados Latino-americanos para superação de seus déficits de capacidade financeira para o fornecimento de recursos públicos regionais, foi utilizado pelos Estado Unidos como um meio para superar o problema da legitimidade. Logo, o Banco de Desenvolvimento Interamericano foi criado para que os Estados Unidos legitimassem seu envolvimento na política regional durante a Revolução Cubana, e ao multilateralizar a transferência financeira para essa região através do banco de desenvolvimento recentemente criado, os Estados Unidos contiveram ou diminuíram possíveis acusações de aspirações hegemônicas (PALESTINI, 2016).

Diante deste cenário, ironicamente, é nesse modelo que pode ser melhor para os países em desenvolvimento enfrentar um país verdadeiramente hegemônico do que enfrentar um poder normal, um Estado que é poderoso, mas que ainda é fortemente vinculado às decisões dos outros. O estado hegemônico pode estar pouco preocupado com aquelas questões que são vitais para o país mais fraco, enquanto o poder tradicional está mais preocupado com as disputas econômicas e políticas imediatas e menos disposto a dar margem de manobra aos estados mais fracos (KRASNER, 1981, 2012).

À medida que a América se torna mais fraca, as restrições que ela tenta impor aos pequenos estados no sistema internacional podem aumentar e, em concordância com Krasner (2012), se o Banco Interamericano de Desenvolvimento refletirá essa tendência ou terá sua dependência preservada por convenções, costumes e usos estabelecidos é uma questão cuja resolução deve aguardar novos desenvolvimentos.

Sem dúvidas, diante da discussão quanto à relação de desenvolvimento *versus* hegemonia, o BID proporcionou e tem oferecido eficiência e sucesso para os membros que o

compõe (SEVERIN; CAPOTA, 2011). Esse sucesso reflete não tanto a coesão e sofisticação dos países membros do BID, mas também as metas dos Estados Unidos, seu principal doador (ARAÚJO, 2021).

Por fim, como os interesses básicos não estão ameaçados, um poder hegemônico pode perseguir uma estratégia de longo prazo apenas imprecisamente relacionada a objetivos econômicos específicos. É compelido por circunstâncias externas a orientar suas políticas para a realização de objetivos claramente relacionados a interesses nacionais tangíveis e de curto prazo. Agora, com os novos desafios que a região e o mundo enfrentam, é necessário repensar o banco e os papéis que ele desempenha mais uma vez, e se concentrar na necessidade de renovação democrática em sua liderança.

7 CONCLUSÃO

O aumento da propaganda soviética e sua presença na América Latina durante o período da Guerra Fria despertou a atenção dos Estados Unidos para a questão da necessidade de desenvolvimento nessa região. Afim de conter o avanço comunista como fonte financiadora desse desenvolvimento, surge como uma das soluções, a criação de um banco regional de desenvolvimento, o BID. Sendo este, desde sua criação até os dias atuais, uma importante instituição para o desenvolvimento e cooperação entre os países da região, assim como, palco de disputas entre nações com aspirações hegemônicas.

É a partir desse contexto que esta pesquisa teve o objetivo de discutir o desempenho do Banco Interamericano de Desenvolvimento no processo de instrumentalização geopolítica externa estadunidense para os países da América Latina. Assim, foram analisadas as finalidades políticas da criação e financiamento de projetos pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento e a representatividade política do BID quanto à instrumentalização de política externa dos Estados Unidos para os países da América Latina.

Ao apoiar a criação de tal instituição, pautado em seus próprios interesses de segurança, a própria natureza e contexto de surgimento do BID, apesar de também representar uma demanda Latino Americana, representa a intenção de instrumentalização dessa organização internacional para efetivar o projeto de política externa estadunidense.

Ao considerar e analisar a insistência dos EUA em atribuir o Banco aos cuidados da Organização dos Estados Americanos e não da CEPAL, para que pudesse ter um maior controle de suas atribuições; a formação interna de votação do banco, concedendo 30% do poder de voto para os EUA; os financiamentos de projetos, em sua maioria destinados a reforma do Estado e

desenvolvimento rural e agrícola, intensificando uma relação de troca de bens primários; a recente quebra de acordo, propondo que a presidência do banco seria sempre ocupada por um nacional dos países Latino Americanos, sendo eleito o indicado do ex-presidente Donald Trump, o americano Mauricio Claver-Carone em 2020; o crescente interesse da China em aumentar seu capital como membro não mutuário do banco; as recentes declarações públicas do ex-presidente Donald Trump, temendo que a aproximação da China com a América Latina represente uma mudança de *status quo* estadunidense.

Conclui-se então, que o Banco Interamericano de Desenvolvimento serve como instrumento de política externa dos Estados Unidos da América para manutenção de sua posição estratégica na América Latina atuando como ferramenta geopolítica e econômica. Fica sugerido como tema para futuras pesquisas, um aprofundamento de análises qualitativas dos projetos financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento de seus resultados para o desenvolvimento dos países membro mutuários.

REFERÊNCIAS

- ABRANTES, Terezinha dos Anjos. **As condicionalidades do Banco Interamericano de desenvolvimento e as políticas de educação profissional no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2019.
- AGUADO, Thayná Venâncio. **Análise da Política Externa Brasileira do Governo JK (1956-1961): A Operação Pan-Americana**. 2020. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2020.
- ARAÚJO, Ian Filipe Costa. **O lugar da América Latina na disputa hegemônica entre os Estados Unidos e a China**. Monografia (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2021.
- AVILA, Róber Iturriet. Crise de hegemonia dos Estados Unidos no contexto atual. **Revista Aedos**, v. 2, n. 3, 2009.
- BLAND, Elizabeth et al. Informal influence in the Inter-American development bank. **Villanova School of Business Economics Working Paper**, v. 22, 2012.
- BID, Banco Interamericano de Desenvolvimento. **How are we organized?**, 2022. Disponível em < https://www.iadb.org/pt/sobre-o-bid/how-are-we-organized?open_accordion=1 > Acesso em: novembro de 2022.
- CASTRO, Karisse Ricarte de. **A proposta educacional do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e suas convergências na política educacional brasileira**. 2019. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Educação, Fortaleza(CE), 2019.
- CHILIATTO-LEITE, Marcos Vinicius. **Integração constrangida na América Latina: velhos e novos problemas do subdesenvolvimento no início do século XXI**. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP, 2017.
- CONTALDO, Daniela Leonardo de. **Proteção social: uma análise do passado recente e perspectivas de um futuro desafiador para o financiamento social do banco interamericano de desenvolvimento no Brasil**. Dissertação (mestrado) - Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Rio de Janeiro, 2019.
- CORBIN, Hisakhana. Remessas monetárias e não monetárias: fluxos e integração em políticas de desenvolvimento na América Latina e Caribe. **Papers do NAEA**, v. 22, n. 1, 2013.
- COUTO, Ronaldo. **A história viva do BID e o Brasil**. Rio de Janeiro: BID, 2000.
- DELL, Sidney. **The Inter-American Development Bank: a study in development financing**. Ardent Media, 1974.
- GUEDES-NETO, João V. Mapeando o centro de governo na América Latina e Caribe: uma tipologia. **Revista de Administração Pública**, v. 55, p. 1101-1123, 2022.

GUIA, George Alex. **Trajetórias do desenvolvimento: o BID e o financiamento do patrimônio cultural na América Latina e Caribe**. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Brasília, 2018.

IBARRARÁN, Pablo; SHADY, David Rosas. Evaluating the impact of job training programmes in Latin America: evidence from IDB funded operations. **Journal of Development Effectiveness**, v. 1, n. 2, p. 195-216, 2009.

IZQUIERDO, Alejandro et al. **Melhores gastos para melhores vidas: Como a América Latina e o Caribe podem fazer mais com menos**. Inter-American Development Bank, 2019.

KRASNER, S. D. Power structures and regional development banks. **International organization**, v. 35, n. 2, p. 303-328, 1981.

_____. Causas estruturais e consequências dos regimes internacionais: regimes como variáveis intervenientes. **Revista de Sociologia e Política**, v. 20, p. 93-110, 2012.

LORDELLO, Alba Valeria Duarte. **A disputa hegemônica Estados Unidos e China: efeitos ao multilateralismo e à política externa brasileira**. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Instituto de Relações Internacionais, University of São Paulo, São Paulo, 2021.

LOUREIRO, Felipe Pereira. The alliance for or against progress? US–Brazilian financial relations in the early 1960s. **Journal of Latin American Studies**, v. 46, n. 2, p. 323-351, 2014.

MAIA, José Nelson Bessa. A atuação de países emergentes na governança das instituições multilaterais de desenvolvimento: a experiência de alguns países do BRICS. **Revista Tempo do Mundo**, v. 3, n. 2, p. 163-192, 2017.

MARTINELLI, Caio Barbosa. O jogo tridimensional: o hard power, o soft power e a interdependência complexa, segundo Joseph Nye. **Conjuntura Global**, v. 5, n. 1, 2016.

MELLO, Alexandra de et al. Desenvolvimento e multilateralismo: um estudo sobre a operação pan-americana no contexto da política externa de JK. **Contexto Internacional**, v. 14, n. 2, p. 209, 1992.

MOLINARI, Andrea; PATRUCCHI, Leticia. Multilateral Development Banks: Counter-cyclical Mandate and Financial Constraints. **Contexto Internacional**, v. 42, p. 597-619, 2020.

NEVES, Bárbara Carvalho. O Banco Interamericano e as Diretrizes da Política Externa Norte-Americana para a América Latina: a atuação do BID na Argentina e no Brasil de 1960 a 2017. **Meridiano 47 - Journal of Global Studies**, [S. l.], v. 21, 2020. DOI: 10.20889/M47e21006.

NYE, J. **U.S. Power and Strategy After Iraq**. Foreign Policy July/August, pp. 60-73, 2003.

_____. **Soft Power: the means to success in world politics** New York: Public Affairs, 2004a.

_____. **The Decline of America's Soft Power**. Foreign Affairs. Vol. 83, p. 16., 2004b.

OLIVEIRA, Nilo Dias de et al. **A configuração do Sistema Nacional de Repressão no governo JK (1956 a 1961)**. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2013.

PALESTINI, S. Development banks and regional powers: An analytical framework. **KFG Working Paper Series**, Freie Universität Berlin, n. 77, 2016.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. Bush II. A ascensão neoconservadora ou o novo declínio?. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 5, n. 2, p. 353-380, 2005.

PEREIRA, João Márcio Mendes. **O Banco mundial como ator político, intelectual e financeiro (1944-2008)**. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

PINHEIRO, Leticia. **Política externa brasileira (1889-2002)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

PONTES, Kassius Diniz da Silva. **A parceria frustrada: JK e os Estados Unidos**. 2019. Tese (Doutorado em História) - Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

SAMPAIO, Rosana Ferreira; MANCINI, Marisa Cotta. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. **Brazilian Journal of Physical Therapy**, v. 11, p. 83-89, 2007.

SCHERMA, Márcio Augusto. **A atuação do Banco Interamericano de Desenvolvimento no Brasil (1959-2006)**. Dissertação (Mestrado) - UNESP/UNICAMP/PUC-SP, Programa San Tiago Dantas, 2007.

SIMON, Silvana Aline Soares. Juscelino Kubitschek e a operação pan-americana (1956-1961) 10.5102/uri.v10i1.1749. **Universitas: Relações Internacionais**, v. 10, n. 1, 2012.

TAFFET, Jeffrey. **Foreign aid as foreign policy: the Alliance for Progress in Latin America**. Routledge, New York, 2012.

TAVARES, Marina Molina Costa. **A Agenda Regional de Gênero da CEPAL (1977-2016): um estudo a partir do debate de Gênero e Desenvolvimento**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2021.

TUSSIE, Diana. **El Banco Interamericano de Desarrollo**. Buenos Aires: FLACSO – Sede Argentina. 1997.

WIERZBA, Guillermo et al. La unidad y la integración económica de América Latina: su historia, el presente y un enfoque sobre una oportunidad inédita. **Documento de Trabajo**, CEFIR-AR, n. 50, 2013.